



UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

PRECONCEITO RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Aline Alves da Silva

Rio de Janeiro
Dezembro/2011

UNIRIO- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

PRECONCEITO RACIAL NA EDUCAÇÃO RACIAL

Aline Alves da Silva

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como requisito obrigatório à obtenção do diploma de conclusão do curso de graduação.

Orientadora: Prof. Maria Elena Viana Souza

Rio de janeiro
Dezembro/2011

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

PRECONCEITO RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Aline Alves da Silva.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Maria Elena Viana Souza

Orientadora – UNIRIO

Andréa Rosana Fetzner

Leitora – UNIRIO

Rio de Janeiro
Dezembro/2011

AGRADECIMENTOS

A Deus que me concedeu a oportunidade de realizar mais um sonho.

Aos meus pais, pois são bênçãos em minha vida.

Aos meus irmãos e a minha tia que acreditaram em mim.

Ao meu esposo, pois foi um guerreiro, estava sempre disposto a ouvir minhas lamentações e transmitir palavra de ânimo.

A Caroline, Thaís e Sandra que durante essa trajetória estivemos unidas. São pessoas amigas, sinceras e que moram no meu coração.

A minha patroa que é um instrumento de Deus para minha vida. Com ajuda dela ingressei na faculdade e fui dispensada para realizar o estágio obrigatório sem comprometer o meu emprego.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo caracterizar a Educação Infantil, desde o seu despontar, seguindo os inúmeros objetivos alcançados no decorrer da sua história até se tornar parte integrante da primeira etapa de ensino da Educação Básica no Brasil, contemplando os aspectos legais que respaldam os direitos e deveres exercidos pela sociedade, governo, instituições educacionais, família, em benefício da criança. Aborda o preconceito racial apresentando o conceito, se estendendo às teorias que emergiram após o recuo da escravidão, onde alguns estudiosos se dedicaram a comprovar o motivo da inferioridade da raça não-branca. Estas teorias se expandiram ao Brasil, onde não teve muita repercussão e, para finalizar, a teoria do branqueamento brasileira é, basicamente, mencionada. Abarca também reflexões sobre o preconceito racial na educação infantil (crianças com 5 a 6 anos) que foi gerada durante a minha formação, embasadas pelas experiências e concepções de profissionais que compartilharam com sabedoria seus trabalhos enriquecedores.

Palavras-chave: educação Infantil; preconceito racial; discriminação

SUMÁRIO

Introdução	6
1. Educação Infantil: A história e os fundamentos legais.....	7
1.1 Breve histórico da Educação Infantil	7
1.2 Educação Infantil no Brasil..	8
1.3 Aspectos legais da Educação Infantil no Brasil.....	10
2 . Algumas considerações sobre o preconceito racial.....	14
2.1 Teorias sobre o Preconceito Racial.....	14
2.2 Influências da teoria racista no Brasil.....	18
3 O preconceito racial na educação infantil.....	22
3.1 O silêncio do professor diante da prática/comportamento preconceituoso da criança.....	23
3.2 O reforço do preconceito racial por parte de alguns professores.....	25
3.3. A desvalorização da estética negra pela criança negra.....	28
Considerações Finais	30
Referências	32

INTRODUÇÃO

Durante a graduação do curso de pedagogia, até o 6º período, não tinha definido qual o tema que iria desenvolver nesse trabalho. Mas ao longo do curso fui me interessando por assuntos voltados ao preconceito racial, visto na disciplina de ciências sociais na educação I.

Então, passei a refletir a respeito do preconceito racial na Educação Infantil, em especial, na pré-escola, pois acredito que nessa fase a professora juntamente com a família podem estar trazendo para a criança, mesmo com tão pouca idade, o esclarecimento do preconceito racial e por conta disso evitar que seja interiorizado, pela criança, o pensamento preconceituoso e práticas discriminatórias.

Para realização deste trabalho, utilizo a contribuição de autores que investigam o universo da Educação Infantil, dialogando com as minhas reflexões enquanto estudante de Pedagogia. Sendo assim, esses foram os meus instrumentos de trabalho. A minha pesquisa é exploratória, pois a leitura foi fundamental para o aprofundamento no assunto.

No primeiro capítulo, faço um resumo sobre a história da Educação Infantil até chegar ao surgimento da mesma no Brasil e concluo com um breve resumo dos aspectos legais que norteiam a Educação Infantil em nosso país. No segundo capítulo, procuro apresentar o significado do preconceito racial, em seguida, dialogar com a autora que apresenta algumas teorias raciais, que se estende até o Brasil. No último capítulo, apresento alguns questionamentos que fazem parte do desenvolvimento deste capítulo, onde dialogo com os autores.

Com este trabalho, pretendo contribuir para a reflexão de que é importante valorizar as desigualdades raciais e que o(a) professor(o) não desperdice a oportunidade de estar possibilitando à criança, enquanto sujeito sócio-cultural, uma formação menos preconceituosa para a nova geração .

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO INFANTIL: A HISTÓRIA E OS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1 Breve histórico da infância e da Educação Infantil¹

Antigamente, na Idade Média, a idéia que se tinha sobre a criança era bem diferente da que existe atualmente. Ao completar 7 (sete) anos, a criança, independente de ser rica ou pobre, era direcionada a outra família para tomar conhecimento sobre os trabalhos domésticos e valores humanos, através da prática diária. Os colégios eram religiosos, nos quais somente cuidavam da educação dos clérigos, especialmente do sexo masculino, de todas as idades.

Com o passar dos anos, muitas mudanças aconteceram, inclusive, o aumento das cidades devido ao comércio. No século XVI, com a multiplicação da ciência, aumenta a expectativa de vida dos burgueses. Na mesma época, surgem duas concepções de criança. Uma concepção a considera imperfeita e incompleta e a outra se refere a ela como ingênua e inocente.

No entanto, as modificações ocorridas após a Idade Média com as revoluções burguesas, os movimentos intelectuais e outros, possibilitaram o surgimento de uma nova visão em relação à criança. A criança da classe abastada recebia carinho, amor, etc, já a criança da classe menos favorecida recebia outro tipo de tratamento.

Na sociedade burguesa, a criança passa a ser vista como um ser que necessita de cuidado e escolarização, visando o futuro. Os colégios ficaram incumbidos dessa função. Nesses colégios, eram aceitos os meninos de todas as classes. As meninas passaram a frequentar a escola, a partir do século XVIII. Nesta época, surgem as creches para as mães colocarem os seus filhos, pois as mesmas trabalhavam nas indústrias e muitas não tinham com quem deixá-los.

A preocupação com as crianças, filhas das mulheres inseridas na esfera produtiva, remete-se ao final do século XIX, quando a creche começou a ser pensada como uma instituição feita somente para as mulheres que precisavam trabalhar e não tinham condições de dedicar-se, em tempo integral, aos cuidados com a prole no

¹ As informações sobre infância e sobre Educação Infantil, desse capítulo, foram retiradas de um artigo elaborado pela creche da UFF, disponível em WWW.uff.br/facedu/departamentos/.../educacao_infantil_e_leis.doc. Acesso em 12/08/11.

ambiente doméstico. (CIVILLETTI, 1991 *apud* BARBOSA, 2006, p.27).

No século XX, a pré-escola, vista como a maneira de compensar as necessidades existentes (saúde, assistência social, etc), foi finalmente efetivada. Dela a criança era encaminhada à escola elementar.

[A pré-escola]... veio a fundamentar e fortalecer a crença na pré-escola como instância capaz de suprir as "carências", "deficiências", culturais, lingüísticas e afetivas das crianças provenientes das classes populares. (KRAMER e ABRAMOVAY, 1991, p.23)

Após a Segunda Guerra Mundial, aumentou a demanda das mães atuando na indústria. Por este motivo, o atendimento ao pré-escolar passou a ser mais requisitado pelas mesmas. A função exercida pela pré-escola contribuiu para o desenvolvimento da criança, possibilitando o seu desenvolvimento intelectual, cognitivo e afetivo, preparando-a para etapa educacional seguinte (escola elementar).

1.2 Educação Infantil no Brasil

No Brasil, as crianças, no período escravocrata, sendo escravas, já em tenra idade, tinham participação como auxiliares, em poucas atividades. Como é possível perceber, a criança negra era vista com distinção em relação à criança branca. Esta última, por sua vez, aos 6 (seis) anos iniciava seus primeiros estudos de língua, gramática, matemática e boas maneiras enquanto a primeira estava voltada ao trabalho.

Com a libertação dos escravos, em 1888, surgiram novas mudanças em favor da criança, pois houve o reconhecimento que a criança precisaria ser bem tratada, então, com isso as atenções foram voltadas para ela (criança). Isso por causa do surgimento de uma nova sociedade que estava permeada de idéias oriundas do capitalismo.

Um fato interessante a salientar é o motivo que levou as creches atenderem as crianças no Brasil. Em todo o mundo, as creches populares atendiam somente as mães que trabalhavam nas indústrias. Já no Brasil o atendimento também se estendeu para as mães que atuavam como domésticas.

Em decorrência do atendimento popular voltado para as crianças, foi criado em 1919, o Departamento da Criança no Brasil, de caráter estadual, porém, a responsabilidade que cabia a esse segmento não foi atendida, devidamente, resultando em um envolvimento por parte de outros, através de doações. Este Departamento deveria cuidar, basicamente, da aplicação das leis de amparo à escola, divulgar conhecimentos, fomentar iniciativas de amparo à criança e à mulher grávida e pobre, etc.

Na década de 1930, o Brasil encontrava-se em transição em relação à questão política e econômica. E durante essa época, surge uma nova concepção, na qual a criança passa a ser estimada como um adulto em potencial e por conta disso aparecem diversos órgãos de amparo assistencial e jurídico para criança, como: UNICEF (1946), o Comitê Brasil da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (1953), entre outros.

Contudo, inovações surgem nos anos 1960 e meados de 1970 na área da educação, assim como em outras áreas. Mas, alguns problemas começam a surgir, na escola do chamado primeiro grau, com as crianças pobres que vem a ser a repetência e a evasão. Devido a esses problemas, é instituída a educação pré-escolar (educação compensatória) que compreende crianças de 4 (quatro) a 6 (seis) anos para prover a deficiência cultural visível na educação familiar da classe baixa.

Entretanto, diante dessa dificuldade enfrentada pela criança ainda existia um outro agravante, que por sinal era um absurdo (e que continua a ser atualmente) é a contratação de professores não qualificados para estarem lecionando.

Além do que foi mencionado, outro aspecto importante é a função que as creches exerciam. A creche pública oferecia um atendimento de caráter assistencialista (alimentação, higiene, segurança física), às vezes, precária e de baixa qualidade enquanto a creche particular atuava de forma diferente priorizando o desenvolvimento da criança com propostas educativas, onde era trabalhado o aspecto emocional, social e o preparo para o, então, 1º grau, atualmente, Ensino Fundamental.

A educação pré-escolar, em 1980, enfrentou problemas de caráter geral comprometendo sua estrutura. Esses problemas estão relacionados à falta de uma política plena e integrada, à necessidade de profissional qualificado, à insuficiência

de programas inovadores, à dominância acentuada em preparar para o primeiro grau, etc.

Para começar a reverter à situação real da pré-escola, depois do retalhamento sofrido, alguns movimentos significativos surgiram como debates, congressos, onde através deles, a educação pré-escolar passa a ser um direito de todos e também para melhorar um pouco a situação irá tornar-se integrante da etapa de ensino da Educação Básica².

Após esse "imenso" passo dado, outras novidades foram surgindo em benefício à educação infantil. A creche e a pré-escola, finalmente, são inseridas na política educacional, passam a não ser assistencialistas e, sim comprometidas com proposta pedagógica, sendo, agora, dever do estado e direito da criança.

1.3 Os aspectos legais da Educação Infantil no Brasil

O Brasil passou por algumas mudanças relevantes, em todos os segmentos, inclusive, no âmbito social. A mudança social está direcionada à criança, devido à condição precária em que se encontravam os filhos das classes populares. Até o início da República, a criança (pobre) não recebia o atendimento (saúde e educação) devido. Para reverter essa situação, grupos privados se mobilizaram e começaram a elaborar projetos de atendimento à infância.

Esses projetos, no entanto, não atendiam plenamente à necessidade da maior parte da classe popular, pois, apresentavam falhas que o tornavam insuficientes e não possuíam uma estrutura adequada para atender à demanda. E por parte da administração pública o interesse não havia sido despertado.

Progressivamente, porém, as mudanças sociais e políticas ocorridas no cenário nacional, a partir dos anos 20 deste século, começaram a impulsionar um maior reconhecimento do setor público quanto a importância do atendimento à criança. (KRAMER e JOBIM, 1991, p.61)

² A atual LDB(Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional) Lei nº 9.394/96 alterou a organização do sistema escolar, bem como a sua denominação. O atendimento de 0 a 3 anos (creches) e de 4 a 6 anos (pré-escola) passou a ser denominado Educação Infantil. Os antigos 1º e 2º graus passaram à denominação Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Educação Básica é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Mas, alcançar esse reconhecimento não foi fácil (e ainda não é). A educação infantil foi legitimada com a Constituição Federal de 1988. A partir daí, a educação infantil passou a ser reconhecida como direito da criança e dever do estado. Pode-se ver definido no Art.227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Assim também, no Art.208

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

Portanto, a Constituição Federal de 1988, é de fundamental importância, pois através dela os direitos sociais são apresentados e, de certa forma, atendidos possibilitando uma condição de vida melhor, principalmente, para a criança que merece todo cuidado, carinho, dedicação, atenção, educação, saúde etc.

Para contribuir com o avanço que veio favorecer a educação infantil, outra lei foi criada. Em 1990, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que trouxe consigo inúmeras novidades que elucidam sobre a qualidade e quais os tratamentos devem ser dado à criança e o adolescente.

A ECA assegura que tanto a criança quanto o adolescente detém deveres e direitos, os quais, por força de lei, devem ser cumpridos e respeitados.

Para afirmar, a lei estabelece, no Art. 4º

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Alem disso, situa a política de atendimento a todas às crianças do Brasil e não somente à criança carente e infratora.

Para contribuir com a nova forma de olhar a criança, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) estabelece uma Comissão Nacional de Educação Infantil (CNEI), na

primeira metade da década de 1990. Este documento traz diversas idéias que têm a finalidade de atender, da melhor maneira possível, à criança. É mencionado qual deve ser a formação do profissional de educação infantil, que a educação deve ser complementada com a ação familiar, saúde e assistência, de forma articulada.

Em 20 de dezembro de 1996, é sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) - LDB. Com esta lei, a educação infantil foi vinculada ao sistema nacional de ensino e à primeira etapa da educação básica, possuindo como alvo o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos de idade.

O que esta lei postula sobre educação infantil é resultado da mobilização da sociedade civil organizada que se articulou, desde o final dos anos de 1980, com o objetivo de assegurar para as crianças, na legislação brasileira, a partir de uma determinada concepção de criança e de educação infantil, uma educação de qualidade para a infância. (LEITE, 2001, p.37)

Outro ponto importante a ser mencionado é a formação que o profissional deve ter. Ele tem que possuir formação. Conforme apresenta o Art.62,

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Realmente, para atuar na área da educação o docente precisa ter formação adequada, pelo menos ter noção do básico, pois ele assume a função de formar um cidadão crítico e ativo na sociedade.

Outro documento de suma importância é o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (RCNEI), documento oficial do MEC, que tem como objetivo principal, servir de base para produção de programas pedagógicos, planejamento e avaliação em redes dos municípios e instituições. Vale ressaltar que é um documento modelo-padrão e é visto como prescritivo.

O RCNEI não tem valor legal. Constitui-se apenas num conjunto de sugestões para os professores de creches e pré-escolas. Não deve ser lido como uma receita, como uma "camisa-de-força". Não obstante algumas sugestões que podem servir de subsídios para o trabalho docente em educação infantil pelo Brasil afora, este documento significou um retrocesso no processo que vinha se dando no Brasil de o governo, com a participação da sociedade civil,

construir uma política de educação para as crianças pequenas.(LEITE, 2001,p.41)

Vale ressaltar que este documento recebeu críticas contundentes em relação a sua construção, porque a proposta no que se refere à educação infantil, necessariamente, tem que ser construída pelo sujeito (docentes, pesquisadores, etc.) e pelo que se pode constatar sua criação não foi democrática, pois poucas foram as críticas e sugestões que foram incorporadas ao documento. Acredito que quando o grupo está envolvido diretamente com a realidade educativa do cotidiano da prática escolar fica interessante trazer e utilizar suas idéias até porque o documento vai ser utilizado pelo grupo.

Em 1998, foi criada as Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Infantil. Esse documento compartilha a concepção de que a criança é um sujeito que possui potencial, precisa de cuidado e educação, orienta as propostas curriculares, os projetos pedagógicos e institui paradigmas para educação com qualidade. A criança, enquanto sujeito, deve ter seus direitos exercidos, receber todo amparo devido, desfrutar de uma educação permeada de resultado significativo.

CAPÍTULO II

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRECONCEITO RACIAL

2.1 Significado do termo

Na enciclopédia Larousse, preconceito racial significa atitude ou pensamento preconceituoso em relação a uma raça(Dic. Enciclop.Ilustrado-Veja Larousse. VI 02. p.2182). É visto como uma configuração de exclusão social que é notória no mundo. Essa notoriedade se estende de geração a geração, podendo ser explícita ou implícita.

O preconceito está associado ao ato de juízo preconcebido, visto em sua maioria de maneira negativa, inclusive contra pessoas. Como afirma Nilma Lino Gomes:

O preconceito é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de um religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta com o característica principal a inflexibilidade pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestam (GOMES,2005,p.54)

Apesar da população brasileira ser, em sua maioria, negra, mesmo assim o racismo é uma prática presente não só do branco contra o negro, mas do negro com o próprio negro. O preconceito é uma ação exercida por muitas pessoas (criança, jovem, adulto, idoso) independente da idade. São idéias, concepções negativas transmitidas de forma individual ou coletiva a respeito de grupos, classes, etc. O preconceito fortalece a desigualdade que faz parte da sociedade que é composta por sujeitos que são diferentes por natureza.

O preconceito como atitude não é inato. Ele é aprendido socialmente. Nenhuma criança nasce preconceituosa. Ela aprende a sê-lo. Todos nós cumprimos uma longa trajetória de socialização que se inicia na família, vizinhança escola, igreja, círculo de amizades e se prolonga até a inserção em instituições enquanto profissionais ou atuando em comunidades e movimentos sociais e políticos.(GOMES, 2005, p.54)

É comum presenciar atitudes preconceituosas desde a tenra idade, mas é inadmissível a pessoa ter sua imagem prejudicada por causa de ações

inconsequentes mesmo quando é sabido o conceito, a realidade correta da questão que se faz referencia.

Vale enfatizar que o preconceito, racismo e a discriminação complementam-se, ou seja, o preconceito e o racismo estão no campo da ideologia e a discriminação é a prática dessa ideologia.

2.1 Teorias sobre o preconceito racial

Alguns estudiosos dedicam seus estudos para entenderem, esclarecerem o motivo do tamanho desprezo que se tem ao afro-descendente, que contribuíram tanto para construção econômica, política, social e cultural de vários países. E o agravante é que, em alguns lugares, a discriminação existe e mesmo assim afirmam que não agem de maneira discriminatória.

O afro-descendente tem um passado marcado negativamente. Era visto como um ser qualquer. Sua cultura, seus valores foram a todo custo abafados, sendo reconhecido apenas pelo trabalho que prestava, mesmo assim não tinham a recompensa devida. Mas, mediante toda essa dificuldade não perdeu a coragem e lutou e ainda luta pelos seus ideais. Acredita que é capaz de reverter toda ideologia negativa que criaram sobre ele.

Do período da escravidão até a abolição da escravatura, os escravos passaram por momentos difíceis: doenças, fome, morte, etc, Esses foram os fatores que os atormentavam. Porém, ter obtido sua liberdade, não foi tudo, pois teriam que continuar lutando para se manterem na sociedade, da qual não recebeu um amparo devido para se recomporem como cidadãos que detém direitos e deveres sociais, assim como qualquer ser humano.

O meio milhão de escravos libertados 1888 ingressou, assim, numa estrutura complexa, que já incluía homens livre de cor (de todas as tonalidades). A cor da pele, a textura do cabelo, e outros sinais físicos visíveis determinavam a categoria racial em que a pessoa era posta por aqueles que ficava conhecendo. (SKIDMORE, 1976, p. 55)

Venho confirmar a concepção do autor a respeito da característica física do negro como o nariz largo, lábios grossos, a textura do cabelo, a cor da pele que determinam em que raça ele se classifica. Além disso, é bem visível constatar que a

raça é inerente à questão social. Geralmente, o negro é bem visto quando possui um certo poder aquisitivo, quando não, é tratado com descaso, menosprezo.

Ainda de acordo com Skidmore (1976), poucas oportunidades de trabalho foram ofertadas aos homens de cor livre e existiam restrições que os impediam de obter recursos para manterem suas vidas e das famílias. As repartições públicas que deveriam disponibilizar essa oportunidade também estavam incluídas no rol das que não aceitavam empregar pessoas que não possuíam determinada especialização. No entanto, não era somente a questão da especialização que estava em questão, mas também a cor, que, infelizmente, influenciava fortemente a ponto de impedir que a pessoa, empregada, fosse proibida de realizar certas funções só por causa da cor. Como é ressaltado:

A marinha, com a reputação de recrutar exclusivamente oficiais brancos, foi palco de vários incidentes. Em 1907, marinheiros pretos foram, ao que se dizia, excluídos de uma missão naval que partiu para os Estados Unidos. (SKIDMORE, 1976, p.64)

A pessoa de cor branca é vista com superioridade em relação ao negro que carrega uma bagagem repleta de aspectos que os inferioriza. São muitas as concepções a respeito do negro. Concepções essas que envolve sua integridade, honra, e outros.

Os pensamentos científicos racistas foram surgindo com a abolição. Esses pensamentos estavam focados na inferioridade dos não brancos, que eram o objeto de pesquisa de pensadores europeus e norte americanos. As teorias racistas foram sendo sistematizadas de acordo com a ideologia sustentada pelos seus produtores (teóricos), como afirma Skidmore:

O séc.XIX havia sido testemunha de dois movimentos contraditórios no pensamento racial. De um lado, os movimentos abolicionistas triunfaram por todo o mundo do Atlântico Norte e, finalmente, até do Atlântico Sul. No entanto, nesse exato momento em que a escravidão recuava sob o impacto das mudanças econômicas e da pressão moral, pensadores europeus ocupavam-se em sistematizar as teorias das diferenças inatas. (SKIDMORE, 1976, p.65)

A Europa e os Estados Unidos por serem nações ditas evoluídas foram as precursoras, até então, em fomentar discussões sobre uma abordagem polêmica e complexa que é a raça humana.

Seus pensadores tiveram que esperar um tempo para que as teorias racistas fossem aprovadas e aceitas por determinados segmentos responsáveis pela oficialização das teorias. Como expressa Skidmore (1976, p.65), "por volta de 1860, todavia, as teorias racistas tinham obtido o beneplácito da ciência e plena aceitação por parte dos líderes políticos e culturais dos Estados Unidos e da Europa."

Algumas escolas teóricas reforçavam essas teorias.

A primeira foi à escola-biológica, que sistematizou sua formulação filosófica nos Estados Unidos nas décadas de 1940/1950. Escola etnológica que pretendia sustentar a criação das raças humanas através das mutações diferentes das espécies. (idem)

Esta escola, por longos anos, sustentou uma linha de pensamento, a qual está diretamente voltada à questão biológica da espécie humana. Essa linha de pensamento está direcionada à hipótese poligenista da criação do homem. A poligenia é uma teoria segundo a qual a raça humana originou de múltiplos pares independentes, ou seja, as espécies vêm de espécies diferentes. Então, a partir dessa concepção os estudiosos acreditaram que a raça inferior (não-branca) poderia ser diferenciada da raça branca, basicamente, por causa dos traços físicos.

Desde que as presunções iniciais tinham rotulado a raça branca como superior em qualidades mentais e sociais (como a de "construir civilizações"), a superioridade branca recebia corolariamente base científica como um fato discutível. (SKIDMORE, 1976, p.66)

Cientificamente, a raça branca permanecia no "podium", imbatível, no que diz respeito à superioridade. Essa superioridade foi sendo disseminada de geração em geração. Enquanto isso, o interesse de se estudar sobre a raça negra só resultava em concepções negativas. Os cientistas procuravam apresentar indícios que comprovasse a inferioridade da raça não-branca, através do comportamento e da mente.

Os vulgarizadores da escola etnológico-biológica usavam os instrumentos de uma nova ciência, a antropologia física, para dar base científica aos preceitos preexistentes sobre o comportamento social dos não-brancos, da mesma forma como outros pesquisadores pretendiam encontrar provas da inferioridade mental dos negros nos resultados dos seus testes de inteligência. (SKIDMORE, 1976, p.66)

Outra escola de concepção racista a ser mencionada é a fundamentada na teoria de Darwin: o darwinismo social. Essa escola, assim como a anterior citada, traz a idéia de que a raça branca é superior e que o não branco é inferior, que essa comprovação é de ordem natural, mas, na realidade, esse estigma foi inventado pelo ser humano, sem base científica.

A terceira escola de pensamento racista era o darwinismo social. Conquanto diferisse de maneira singular da escola etnográfico-biológica já acima discutida, as duas teorias acabaram, finalmente, por mostrar-se conciliáveis. Em terreno científico, a tese de Darwin podia ser aceita apenas com o abandono da hipótese poligenista, porque Darwin defendida um processo evolutivo que, por definição, começava com uma única espécie.(SKIDMORE, 1976,p.68)

As duas teorias se diferem, minimamente, em relação à idéia inicial sobre as espécies: na teoria poligenista as espécies surgem a partir de outras espécies e já na teoria Darwinista as espécies passam a surgir mediante uma única espécie. E para Darwin, a raça branca se torna superior pelo fato de ter sido mais apta ao seu meio de sobrevivência, ou seja, outras espécies disputavam para se tornarem superiores, mas a raça branca se sobressaiu em todos os aspectos (social, biológico, cultural...)

Porém essas teorias foram mais adiantes chegando ao Brasil. Não tinha como elas ficarem somente em lugares exclusivos, pois como é sabido mesmo sem a globalização, na época, o Brasil tinha acesso a informações devido à influência que europeus e americanos exerciam (e ainda exercem) no país.

Quanto mais os brasileiros tomavam conhecimentos das últimas idéias geradas da Europa, tanto mais ouviam falar de inferioridade do negro e do índio. Semelhante fenômeno era particularmente verdadeiro por volta da passagem do século, quando o condicionamento reflexo e a preferência dos brasileiros pela cultura francesa levaram-nos, diretamente, a escritores racistas populares(...).(SKIDMORE, 1976,p.68)

2.2 Influências da teoria racista no Brasil

No Brasil, a teoria racista encontrou um contexto social distinto, não poderia ser comparada à Europa e aos Estados Unidos. A população brasileira era mesclada, não existia somente branco e não branco. No entanto, essa teoria não

teve tanta repercussão conforme esperavam os cientistas estrangeiros, porém, ela não foi esquecida pelos pesquisadores brasileiros.

O Brasil já era uma sociedade multirracial. Ao contrário dos Estados Unidos, não tinha barreira de cor institucionalizada. E também ao contrário dos Estados Unidos, em vez de duas castas (branca e não branca), havia no Brasil uma terceira casta social bem reconhecida – o mulato. (SKIDMORE, 1976, p.70)

Segundo a teoria racista, o mulato era uma raça insignificante que estava destinada a sumir por ordem natural. Na realidade, para os cientistas europeus e norte-americanos, a raça branca deveria ser a única superior e por mais que com o tempo fosse surgindo alguma novidade como a do reconhecimento da existência do mulato, a raça branca continuaria sendo superior em todos os aspectos (inteligência, quantidade...).

Quando muito extremados, os poligenistas defendiam a tese da esterilidade dos mulatos, uma vez que as leis da zoologia ensinavam que todo animal produzido por união de pais de espécies diferentes nascia incapaz de procriar(...) Desde que nem o poligenista mais fanático podia ignorar a evidência da fertilidade do mulato, refugiava-se numa segunda linha de defesa, argumentando que depois de uma geração uma das raças "puras" originais predominaria, eliminando, assim, a variedade híbrida. (SKIDMORE, 1976, p.71)

É inacreditável como esses estudiosos afirmavam idéias absurdas que só o tempo pôde negar. Os cientistas quiseram comparar o homem com o animal em relação à procriação baseando-se nas leis da zoologia. Eles queriam comprovar, cientificamente, que os mulatos eram estéreis, mas na realidade eles não tinham provas concretas para afirmar tamanho absurdo.

Já no Brasil, alguns pesquisadores mereceram destaque sobre a questão racial, mas Nina Rodrigues se sobressaiu com suas idéias acerca da situação do negro, em especial o africano. Ele não aceitava o que os cientistas estrangeiros falavam dos negros, pois para Nina esses cientistas ainda não tinham como corroborar a inferioridade dos negros.

Explicava Nina Rodrigues, que a inferioridade do africano fora estabelecida fora de qualquer dúvida científica. Em 1894, desprezou como sentimental a noção de que um "representante das raças inferiores" pudessem atingir através da inteligência, "o elevado grau a que chegara as raças superiores". Em 1905, estava disposto a

admitir que os cientistas não conseguiam decidir se a inferioridade do negro era inata ou transitória. (SKIDMORE, 1976,p.75)

Nina foi mais fundo com sua investigação a respeito da situação da raça não branca e analisou o Código Penal Brasileiro de 1890, no qual constatou que nele encontrava penalidades que, segundo ele, era injusto, pois os não brancos, inclusive alguns mestiços estavam sujeitos à mesma penalidade dos brancos civilizados. Se a raça superior era civilizada, a lei penal deveria ser diferente para ela, pois essa raça já era parte integrante de um grupo social, possuía sua própria cultura, costumes...Já a raça inferior (não branco) tinha uma história de vida diferente: foi aculturado, submetido a regras que não o prestigiavam, vivia às margens da sociedade...

Na aceitação de teorias racistas estrangeiras, Nina Rodrigues fora mais longe que a maior parte da elite brasileira. É significativo, no entanto, que sua sugestão não tivesse qualquer influência sobre os responsáveis pela revisão do Código Penal, de 1890. Ele próprio lamentou essa falta de receptividade por parte de autoridades legisladoras. (SKIDMORE, 1976,p.77)

A teoria racista não só classificou a raça não branca como inferior como disseminou essa idéia por todo o mundo, e conforme essa idéia ia sendo aceita, os sujeitos não brancos tinham pouca ou quase nenhuma oportunidade de mudar sua realidade de vida.

A ideologia de inferioridade da raça não branca, fortalecida pelos estudiosos, só fazia com que qualquer possibilidade de mudança referente ao comportamento, o intelecto, o caráter desse grupo se tornasse quase nula. Mas, assim como a raça branca que cria a sua cultura, desenvolve o seu potencial e constrói o seu conhecimento e acompanha o desenvolvimento do ambiente em que está inserido, com a raça não branca não é diferente. Basta ser concedida a oportunidade de mostrar que são capazes de desenvolver as mesmas habilidades executadas pela raça branca.

Analisando a situação da raça não-branca no Brasil, no qual havia um grande número de mestiços, é de fundamental importância mencionar a teoria do branqueamento surgida no país. A teoria do branqueamento da raça no Brasil foi estabelecida pela seguinte explicação:

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças

“mais adiantadas” e “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas. (A imigração branca reforçaria a resultante predominância branca). (SKIDMORE, 1976, p.81)

De acordo com a tese do branqueamento, alguns fatores colaboraram para que a raça branca aumentasse em quantidade numérica em relação à raça não-branca, mas, o fato da baixa natalidade, doenças e a desorganização social terem contribuído na redução da raça não branca não significa que seja visto como um acontecimento positivo, pois, indica a existência de descaso por parte das autoridades governamentais no que diz respeito à saúde, vida financeira, etc...

A ideologia de branqueamento foi considerada por alguns estrangeiros, que, obviamente, tinham a raça branca como superior e dominante sobre todas as raças, como ideologia inquestionável, pois, ia ao encontro do que eles acreditavam em relação à raça não-branca: em mais ou menos tempo, seria substituída pela raça branca.

(...)visitante estrangeiro a louvar sem reboços o processo de branqueamento foi o ex-presidente americano Theodoro Roosevelt que, em 1913-14, tinha empreendido expedição científica ao interior de Mato Grosso, em companhia do então coronel Rondon. Em 1914, Roosevelt escreveu para a revista Outlook um artigo entusiasta sobre a iminente “desaparição” do negro brasileiro. (SKIDMORE, 1976,p.81)

É interessante refletir acerca do tamanho desconforto que foi, para uma parte da população brasileira da raça não branca, a qual não negava a sua origem, saber que corria o risco de ser modificada através do branqueamento. E o pior, não ter a oportunidade de expressar o que pensava a respeito dessa situação caótica.

O Brasil é um país miscigenado e a idéia de branqueamento era praticamente inviável, pois a união entre raças diferentes perante a lei não era proibida. Mas, teoricamente, para alguns estudiosos, o branqueamento dos brasileiros deveria ser um processo tranquilo, sem dificuldades, pois acreditavam nessa possibilidade como uma solução.

CAPÍTULO III

O PRECONCEITO RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O entendimento da problemática étnica no cotidiano da educação infantil é condição sine qua non para se pensar um projeto novo de educação que possibilite o desenvolvimento e a inserção social dos futuros cidadãos da nação brasileira, desenvolvendo neles um pensamento menos comprometido com a visão dicotômica de inferioridade/superioridade dos grupos étnicos. A possibilidade de as crianças receberem uma educação de fato igualitária, desde os primeiros anos escolares, representa um dever dos profissionais da escola, pois as crianças dessa faixa etária ainda são desprovidas de autonomia para aceitar ou negar o aprendizado proporcionado pelo professor. E tornam-se vítimas indefesas dos preconceitos e estereótipos transmitidos pelos mediadores sociais, dentre os quais o professor. Promover uma educação para o entendimento das diferenças étnicas, livre de preconceitos, representa uma possibilidade real da formação de sujeitos menos preconceituosos nas novas gerações. A prevenção de práticas discriminatórias, penso, requer um trabalho sistemático de reconhecimento precoce da diversidade étnica e dos possíveis problemas que o preconceito e a discriminação acarretam em solo brasileiro, desde a educação infantil – familiar e escolar. Tal prática pode agir preventivamente no sentido de evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizados e cristalizados pelas crianças, num período em que elas se encontram muito sensível às influências externas, cujas marcas podem determinar sérias conseqüências para a vida adulta.

Eliane Cavalleiro

A idéia de trabalhar esse tema surgiu mediante alguns questionamentos levantados, por mim, durante a realização da disciplina de Ciências Sociais na Educação, onde foi abordado o preconceito racial na sociedade. A partir dessa abordagem, procurei contextualizá-la no segmento da educação infantil, o que me levou a analisar as idéias de alguns estudiosos, que se dedicaram através de suas pesquisas a tratar de alguns aspectos que estão inseridos nesse tema e que são perceptíveis no âmbito escolar que são: o professor se silencia diante da prática/comportamento preconceituosa da criança, o reforço do preconceito racial por parte de alguns professores e também a desvalorização da estética negra pela criança negra.

Estes questionamentos que me refiro acima estão diretamente voltados aos aspectos mencionados. Estes questionamentos ajudarão a compreender o porquê da dificuldade do(a) professor(a) trabalhar o preconceito racial, a escolha por ignorar práticas preconceituosas, além disso, como a influência externa interfere na identidade da criança negra.

É interessante pensar que o ser humano desde da tenra idade. Está sujeito a agir preconceituosamente e com discriminação e, às vezes, chega a reproduzir inocentemente certos atos sem saber o que está fazendo, devido ao fato de ter visto, através de pessoas próximas ou até mesmo pelo meio de comunicação (tv, rádio, etc.). Cabe à família ou à escola trazer ao conhecimento dessa criança, o respeito ao outro.

A respeito de a criança agir preconceituosamente, me fez lembrar de um episódio que é válido mencionar. Esse episódio aconteceu com o meu irmão mais velho, quando tinha 5 ou 6 anos de idade. Minha mãe, sempre que podia, ia buscá-lo na escola, mas quando não dava para ir, pedia a um rapaz, da raça negra, que era (e ainda é) conhecido da família. Meu irmão, por sua vez, não gostava quando esse conhecido o buscava e, um certo dia, o meu irmão, quando viu que era ele, falou: - Não quero ir embora com esse macaco. O rapaz muito injuriado relatou a minha mãe. Mas minha mãe (sorrindo) disse: - Ele não é macaco. E só por causa disso, eu vou pedir para ele te buscar todo dia.

Nesse caso, a criança agiu sem saber que estava praticando um ato preconceituoso e no meio familiar não obteve o conhecimento devido, mas me pergunto: se fosse em sala de aula, será que a professora saberia lidar com esse caso? Assim como essa criança existem outras que expressam tratamento preconceituoso e, por não serem reprimidas e corrigidas no momento certo, inclusive pela família, acabam tendo esse comportamento como algo normal que pode ser repetido sempre que necessário.

3.1 O professor se silencia diante da prática/comportamento preconceituosa da criança

É fato que pensamentos preconceituosas permeiam o espaço escolar, mas é inacreditável saber que comportamentos preconceituosos são ignorados através do silêncio vindo por parte do professor. Quando a criança ou o adulto é corrigido no

momento em que pratica o ato considerado errado fica mais fácil não se presenciar novamente tal ação, pois a mesma vai pensar sobre a correção e a possibilidade de não acontecer é maior. Tem situação que o silêncio não deve ter espaço, como no caso a seguir:

Dado o sinal para a hora do lanche, as crianças correm e fazem fila diante da cantina da escola. A professora organiza e orienta a fila. No cartaz, em letra cuidadosa e grande, está escrito o cardápio do dia: suco de uva e bolo nega maluca. Uma criança branca após ler o cartaz vira-se para uma das meninas negras da fila e dispara:

“Obal! Hoje eu vou te comer!!!”

Todos da fila reagem com sorriso e a criança negra fica em silêncio. A dona da cantina e a professora também!!! (ROMÃO, 2001, p. 160)

Nesse caso o silêncio foi à única reação apresentada pela criança ofendida e pelos adultos que presenciaram a cena. Talvez poderia ter surgido uma reação disciplinar pela professora. Essa situação poderia ter acontecido em qualquer espaço, mas, felizmente aconteceu na escola e diante da professora, pois acredito que a partir dessa situação ela terá a oportunidade de refletir e rever sua posição a respeito de um assunto que repercute na sociedade e fere a imagem do sujeito, a ponto de afetar a auto-estima do mesmo.

Estes preconceitos pouco ou nada servem para promover a auto-estima da criança negra e carente. À medida que o educador adota esse parâmetro para com os alunos negros, assume a postura discriminatória. Não investe em mudanças sérias para alterar os resultados em sala de aula, bem como reproduz a marginalização racial e social presente na sociedade. (ROMÃO, 2001, p.163)

O preconceito em relação à criança no espaço escolar é prejudicial para o seu desenvolvimento, pois a mesma não vai se sentir segura para participar das aulas, interagir com as outras crianças e se aproximar da professora, deixando assim de trocar afetos que é importante para a criança, no processo de aprendizagem dos conteúdos disciplinares.

Segundo Romão (2001), ao questionar os/as educandos/as negros/as, muitos irão apresentar sólidos argumentos sobre a ausência de afetividade no seu processo educativo escolar. Inúmeras pesquisas sobre essa questão foram realizadas e demonstram que as crianças negras, já na fase pré-escolar, são discriminadas e

negligenciadas quanto aos estímulos que poderiam receber a partir das relações afetivas dos educadores.

Se as crianças negras, durante uma fase tão importante para a construção da sua personalidade que é na pré-escola, são recebidas com discriminação pelos educadores. Quando ela chegar à etapa do Ensino Fundamental, os estímulos (elogios, atenção, reconhecimento...) que não foram recebidos podem comprometer o seu rendimento escolar.

O que somos é determinado também pela realidade exterior, por aquilo ou aqueles que nos cercam. Quando adultos, sabemos dimensionar nossos valores e patrimônios tendo idéia de nossa contribuição. Quando crianças, a realidade exterior nos é muito importante. É de fora que transportamos essa realidade para dentro de nós. A "autenticidade" de nossa personalidade é controlada pelo externo. (ROMÃO, 2001,p.172)

O silêncio, por parte do professor, mediante um episódio preconceituoso, pode repercutir em danos emocionais, no comportamento da criança. O professor tem uma enorme influência seja para o lado positivo ou negativo na história de vida do indivíduo.

3.2 O reforço do preconceito racial por parte de alguns professores.

Em sala de aula, o (a) professor (a) lida com crianças que possui um conhecimento prévio. Esse conhecimento, pensando que a criança está na pré-escola, é adquirido no seu convívio social, ou seja, é um conhecimento formal. E pode acontecer do preconceito racial, estar embutido nesse conhecimento e assim sendo, por intermédio da escola, que tem a função de desenvolver o processo de socialização do aluno, cumprirá o seu papel, através do mediador, observando o comportamento, atitude preconceituosa do mesmo e, dependendo do resultado da observação, construir junto com a criança uma nova forma de agir e pensar a respeito das raças, inclusive, a negra. Então para que isso aconteça o (a) professor (a) precisa estar preparado (a) para abordar assuntos sobre o preconceito racial e ter o material necessário para trabalhar em sala ou em outro espaço.

Destaco aqui a importância do conhecimento: como explorar a cultura africana sem conhecê-la, entendê-la, debatê-la? Este

conhecimento poderia contribuir para a revisão de valores, de ideologias, indo ao encontro de mudanças conceituais e de atitudes. (SOUZA, 2002, p.67)

Não tem como negar, o preconceito racial está infiltrado no espaço escolar e o profissional da educação não deve deixar que atitudes preconceituosas aconteçam e não sejam vistas como oportunidades de serem trabalhadas em sala. Para trabalhar esse tema existem alguns recursos que podem ser explorados, como: livros infantis, projetos, oficinas, jogos e outros.

Cabe ao o (a) professor (a), o interesse em pesquisar sobre o assunto a ser trabalhado e, se for preciso, solicitar o apoio dos colegas de trabalho que dominam o assunto, para levar às crianças, atividades que contribuam para a sua compreensão acerca do preconceito. Com isso, as crianças terão a oportunidade de fazer uma nova leitura de algo que foi passado para eles, de maneira errônea.

Mas, para acontecer esse desprendimento por parte do professor, o mesmo tem que ter consciência que é necessário e, se for o caso, que haja o reconhecimento de que sua ação diária deixa rastros.

O curso(de Pós-Graduação em educação infantil:perspectivas de creches e pré-escolas na PUC/RJ) oportunizou o aprofundamento dos meus conhecimentos teórico-práticos acerca das questões pertinentes ao universo da criança, através de uma reflexão crítica sobre as diferentes- alternativas possíveis de se implementar propostas que possam lidas com as referidas questões. Quase sempre que nos dispusemos a refletir sobre as questões raciais e os preconceitos, percebia que esta discussão era dificultada pela falta de conhecimento e de consciência, o que impedia ainda mais o diálogo, além de impossibilitar a aceitação do fato de que o racismo, embutido em nossos atos, continua invadindo as instituições. (SOUZA, 2002, p.15)

Outro fato importante a ser mencionado é que o preconceito e a discriminação racial (outra prática presente no espaço escolar) são perceptíveis através do tratamento desigual realizado pelo (a) professor (a) em relação à criança negra.

É flagrante a ausência de um questionamento crítico por parte das profissionais da escola sobre a presença de crianças negras no cotidiano escolar. Esse fato, além de confirmar o desespero das educadoras para se relacionarem com os alunos negros, evidencia, também, seu desinteresse em inclui-los positivamente na vida escolar. Interagem com eles diariamente, mas não se preocupam em conhecer suas especificidades e necessidades. A existência de

preconceito e de discriminação étnicos, dentro da escola, confere à criança negra a incerteza de ser aceita por parte dos professores. Como ficou demonstrado neste trabalho, as crianças da pré-escola, além de já se darem conta das diferenças étnicas, percebem também o tratamento diferenciado destinado a elas pelos adultos à sua volta. (CAVALLEIRO,2000,p.98)

A questão racial é, e ainda continua sendo um problema que o (a) professor (a) vivencia em sua prática escolar e o pior é que alguns desses profissionais, mesmo sabendo que em sala de aula o público é diferenciado em relação à cor, comportamento, valores, etc. acabam deixando transparecer a sua preferência em relação à criança branca. Essa criança, por sua vez, devido ao ambiente favorável a ela, vai se sentir, sem dúvida, superior à criança negra, que pode acabar se sentindo excluída, podendo, a partir disso, surgir problemas individuais(psicológicos), prejudicando a sua permanência na escola.

Não há como negar que o preconceito e a discriminação constituem um problema que afeta em maior grau a criança negra, visto que ela sofre, direta e cotidianamente, maus tratos, agressões, e injustiças, que afetam a sua infância e comprometem todo o seu desenvolvimento. (CAVALLEIRO,2000,p.98)

A criança, não importa de que raça, etnia, posição social, cultura for, nessa fase tão especial, está receptível a gestos de carinho, amor, afeto, cuidado, respeito e mais um conjunto de coisas que venham beneficiá-la, porém, ao invés de receber e trocar esses gestos algumas, no caso a criança negra, é excluída, rejeitada, isolada, inclusive na escola, que é o local onde deveria ser bem acolhida.

Enfim, após ser levada a refletir acerca do que o professor (a) representa para a criança, de como ela o (a) vê, no sentido de ser a pessoa que traz o conhecimento, às vezes, como um modelo de profissional a ser seguido focando seu método de ensino e sua postura que, a princípio, são seus referenciais visíveis, pude repensar a idéia de que deve existir um cuidado extremo por parte do(a) professor(a) em suas práticas, pois está sendo observado por crianças que o tem como referência.

A postura racista é manifestada perante situações que requer uma reação do(a) professor(a). Quando esse profissional se preocupa com o que transmite para a criança em sala, obviamente, irá se policiar para não ser mais um a fazer parte de um grupo que possui uma idéia deturpada sobre a raça negra e, pelo contrário irá se munir de informações visando construir o conhecimento juntamente

com a criança acerca da diversidade de raças e ir além, apresentando o valor que possuem.

3.3 A desvalorização da estética negra pela criança negra.

As noções de beleza são derivadas de uma estética 'branca', usada como 'referência correta', positiva, racional e bem desenvolvida, levando, em decorrência, a uma desvalorização da estética negra, encarada como exótico, emocional e primitiva, qualidades consideradas 'menores'.(FERREIRA, 2002, p.69)

A criança negra é diariamente "bombardeada" por informações e programações que enaltecem a beleza da raça branca. As características físicas dessa raça são divulgadas como um padrão de beleza a ser seguido e também, com muita frequência, é transmitida a idéia de que as pessoas consideradas brancas possuem uma posição social elevada. Com o tempo, essa criança vai passar acreditar que estética branca é a bem vista, a admirada, como é mencionado a seguir:

Em consequência, o modelo de beleza branca pode estar se tornando desejável. As crianças não-brancas passam a admirar e desejar para si esta estética, a exemplo do que diz a pequena Denise(negra): "É, eu disse para minha professora que eu não queria ser preta , eu queria ser como a Angélica(apresentadora de programa televisivo). Ela é bonita!" (CAVALLEIRO,2000,p.65)

A desvalorização da estética da raça negra, não acontece somente por uma parte da raça negra adulta, mas, infelizmente, pelas crianças que estão construindo sua identidade pessoal. Nessa fase, é necessário que exista a intervenção pelo grupo familiar dessa criança mostrando que cada raça possui suas características físicas próprias uma diferente das outras e que devem ser igualmente valorizadas.

A insatisfação pela cor e outras características físicas, por parte da criança da raça negra, é manifestada no espaço escolar durante a interação com os colegas e o professor em sala de aula. Ela acaba almejando ter a cor, a textura do cabelo, etc das pessoas brancas e quanto mais isso for alimentado, através do que escuta, a mesma não deixará esse pensamento conflitante.

Para Ivone Oliveira, as crianças negras apresentam o desejo de morenear. A autora destaca a insatisfação e a "vergonha" da criança negra com relação a si próprio: a vontade de tornar-se branca e o desejo de ser uma outra pessoa. Para ela, a criança negra, ao se voltar para o seu próprio corpo, encontra as marcas daquilo que é menosprezado-a cor da pele. (CAVALLEIRO,2000,p.65)

É importante que a criança negra aprenda valorizar a sua característica física (cor da pele, cabelo, etc) pois isso contribuirá, significativamente, para saber quem ela é, ou seja, ter consciência que possui uma característica própria, e se quiser, independente de influência externa, pode ser mudada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão deste trabalho representa um enorme contentamento, satisfação e, sobretudo, uma contribuição prazerosa para o meu conhecimento, pois tive a oportunidade, no decorrer do processo de elaboração, de analisar a breve história da Educação Infantil e também alguns documentos que contribuíram, significativamente, para que essa etapa de ensino fosse incluída na Constituição, destacar algumas teorias racistas e a influência delas no Brasil e dialogar com os autores sobre o preconceito racial na Educação Infantil, com base nos aspectos mencionados, a partir de alguns questionamentos que surgiram durante a graduação.

No terceiro capítulo busquei apresentar algumas questões que estão envolvidas com o preconceito racial na Educação Infantil. Cada questão foi dialogada com autores selecionados de acordo com a temática. Durante a elaboração desse capítulo o meu objetivo foi alcançado, pois através das situações (experiências) mencionadas pelos autores tive como pensar no que resulta para criança negra, o silêncio do (a) professor (a) mediante a um comportamento preconceituoso, podendo refletir negativamente na auto-estima da criança ofendida. O reforço do preconceito racial, racismo em sala de aula por parte de alguns professores que não tem o conhecimento e a consciência que a maneira como trata, lida com a criança de cor considerada branca é diferente da criança negra. Para a primeira, sua atenção é redobrada.

Outro aspecto mencionado é a desvalorização da estética negra pela criança negra. Muitas, por presenciarem a exaltação da estética da raça branca acabam desvalorizando a sua, querendo modificar a textura do cabelo, e ter a cor clara(branca) para ter atenção do(a) professor(a) em sala, pois ainda existe discriminação por esse profissional. Essa desvalorização da estética negra pela criança da raça negra manifesta-se através da insatisfação da criança negra em relação a aparência, a cor, o cabelo, sempre se comparando a criança "branca" e a família juntamente com os educadores podem interferir mostrando que ela é bonita.

As conclusões que chego é que a escola é um espaço em que existe a diversidade de raça, cultura e que os educadores devem ser esclarecidos quanto a isso. É obvio que algumas pessoas agem preconceituosamente e os educadores não estão livres disso, porém, em um espaço educacional, os mesmo, por respeito

ao próximo, devem se policiar em seus impulsos e mostrar para as crianças que cada uma possui seu valor e que a diferença existe. Em relação ao silêncio do educador diante de uma atitude preconceituosa só faz piorar a situação, mas quando acontece uma reação contra a atitude e é realizado de maneira correta, o efeito é surpreendente tanto para quem ofendeu quanto para o ofendido.

Acredito que com esse trabalho eu tenha conseguido, explicitamente, mostrar que a criança da raça negra não deve ser excluída e mal vista por conta da sua característica física. Mas, pelo contrário receber a mesma atenção, carinho, respeito. A escola, além do meio familiar, é o lugar ideal para receber esses gestos, pois é importante para a construção da identidade social da mesma.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>, Acesso em: 12/09/11

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394**. Brasília, 1996.

CRECHE da UFF. [WWW.uff.br/facedu/departamentos/.../educacao infantil e leis.doc](http://WWW.uff.br/facedu/departamentos/.../educacao_infantil_e_leis.doc), Acesso em: 12/08/11.

BARBOSA, Ana Paula Tatabiba. **O que os olhos não vêem...Práticas e Política em Educação Infantil no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, RJ, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Brasil. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

KRAMER, Sonia; JOBIM e SOUZA, S.. **Educação ou tutela? A criança de 0 a 6 anos**. São Paulo, Loyola, 1991.

KRAMER, Sonia; ABRAMOVAY, Miriam. **"O rei está nu": Um debate sobre as funções da pré-escola**. São Paulo, Loyola, 1991

LEITE FILHO, Aristeo. **Proposições para uma educação infantil cidadã**. In: GARCIA, Regina ; LEITE FILHO, Aristeo (org.). **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ROMÃO, Jeruse. **O Educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro**. São Paulo: Summus, 2001.

SANTOS, Eliane Cavalleiro dos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SANTOS, Eliane Cavalleiro dos. **Racismo e anti-racismo na Educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Yvone Costa de. **Crianças negras: deixei meu coração embaixo da carteira.** Porto Alegre: Meditação, 2002.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais- CCH
Escola de Educação - EE

MONOGRAFIA II

ALUNO(A)/matrícula: Aline Alves da Silva

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO: _____

Preconceito racial na Educação Infantil

ORIENTADOR(A): Ídria Elena Viana Souza

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: Andréa Rosana Fetzner

Nota: 8,0

Considerações:

O trabalho "preconceito racial na educação infantil" apresentado por Aline Alves da Silva como sua monografia no Curso de Pedagogia da UNIRIO apresenta tema de extrema relevância para o exercício da profissão, um roteiro de pesquisa bibliográfica bem construído e informações significativas quanto ao significado da educação infantil em diferentes momentos históricos e quanto a construção do preconceito social e racial, digo, do preconceito racial na sociedade. O trabalho também indica situações escolares onde o conhecimento e a ação sobre a temática racial são relevantes. A abordagem da educação infantil poderia ter sido aprofundada e o trabalho careceu de um cuidado gramatical mais aprimorado.

DATA: 14.12.2012

Assinatura: _____

SEGUNDO AVALIADOR

Professor orientador: Maia Elena Naves Souza

Nota: 9,0

Considerações:

Apesar de todas as dificuldades aparentes pela aluna tais como escassa disponibilidade de tempo para escrever a monografia, devido ao trabalho e cursar outras algumas disciplinas, a aluna dedicou-se à escrita da monografia com seriedade e comprometimento. Em outras condições, talvez pudesse ter escrito o primeiro capítulo com mais aprofundamentos, fazendo referências a outros autores.

Em suma, acredito que a aluna tenha aproveitado os conhecimentos adquiridos para elaborar este trabalho e conseguido refletir sobre importante temática que versa sobre o preconceito racial na educação infantil.

Data: 19/12/2011 Assinatura: Maia Elena Naves Souza

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Média final
8	9	8,5

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2011.

Maia Elena Naves Souza

Prof. Orientador